

Eixo Temático

2. Educação no Campo e Políticas Públicas

Título

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS INTERFACES NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL IRMA SERAFINA NA COMUNIDADE ACROLINA NO MUNICÍPIO DE ANAPU – PA

Autor (es)

Márcia Adriana de Faria Ribeiro
Vanessa Sousa Alvares de Mello
Verônica Sousa Alvares de Mello

Instituição

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

E-mail

marciaadrianar@bol.com.br

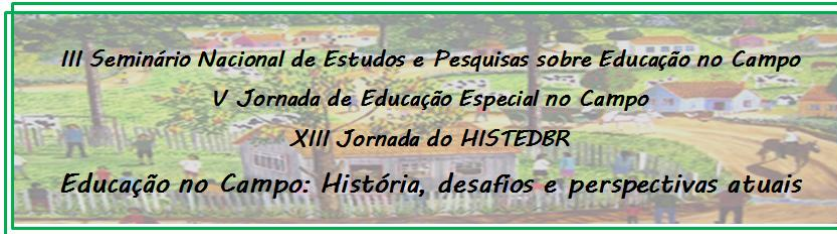
Palavras-chave

Educação do Campo; PROCAMPO e Professores do Campo.

Resumo

As escolas do campo para atender com qualidade os educandos devem levar em conta as peculiaridades e especificidades que o campo apresenta. Em função dessa necessidade da educação do campo e não somente para o campo é fundamental as participações dos movimentos sociais, sindicatos e associações no ambiente escolar e da comunidade como um todo. As políticas públicas educacionais para o campo surgem com a necessidade de diminuir as péssimas condições não apenas de estrutura física, mas no que tange ao todo em relação a qualidade do ensino e educação ofertado nas escolas do campo, por exemplo: material didático, merenda e transporte escolar, currículo adequado à realidade do campo entre outros fatores que são indispensáveis no desenvolvimento escolar das pessoas. O objetivo geral da pesquisa é identificar as políticas públicas voltadas para atender as necessidades do campo compreendendo a relevância para a realidade local e sua interfase no contexto da educação do campo na comunidade. E como objetivos específicos, verificar as políticas públicas existentes na comunidade pesquisada; identificar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à realidade da educação do campo e compreender os movimentos sociais e sua importância de atuação para a comunidade. A pesquisa se baseou em autores que

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



acreditam que a educação é o melhor caminho para a transformação social, destacando aqui como exemplo, Paulo Freire. Este trabalho se apresenta estruturado em três partes, sendo que a primeira vem discutindo sobre educação do campo e políticas públicas educacionais presentes na escola pesquisada, a segunda parte vem abordando a caracterização da área de estudo, em seguida apresenta a metodologia, onde informa o tipo de pesquisa e os procedimentos atribuídos em cada uma das partes dos resultados. A terceira parte aborda os resultados e discussões do que foi pesquisado, destacando os pontos positivos e negativos do lócus da pesquisa.

Texto Completo

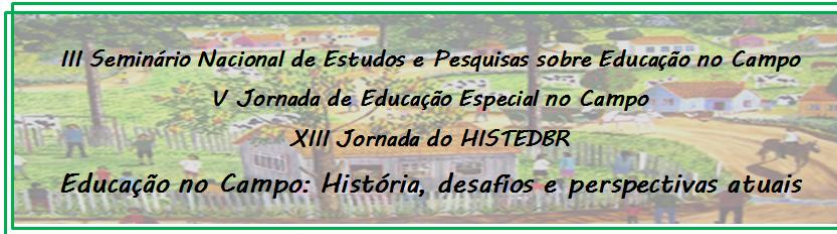
A educação do campo tem se constituído a partir das lutas realizadas pelos sujeitos que fazem parte da realidade do campo nas mais variadas práticas estabelecidas, nas organizações e movimentos sociais que acreditam na educação do campo como um meio de melhorar a qualidade de vida no meio rural.

Considerando que a educação é ferramenta fundamental para a mudança social, o presente trabalho tem como enfoque principal abordar e discutir como vem sendo trabalhadas e aplicadas as políticas públicas educacionais para o campo na Escola Municipal de Ensino Fundamenta Irmã Serafina na comunidade Acrolina no município de Anapu, Pará.

Os movimentos sociais possuem um papel importante na luta por políticas públicas, práticas e metodologia educacionais e melhoria do homem e mulher do campo, propondo uma educação que respeite e valorize as diferenças destes sujeitos que por muito tempo foram considerados atrasados ao longo da historia e até hoje muitas comunidades sofrem com esse preconceito.

As escolas do campo para atender de qualidade os educandos devem levar em conta as peculiaridades e especificidades que o campo apresenta. Em função dessa necessidade de educação do campo e não para o campo é fundamental as participações dos movimentos, sindicatos e associações no ambiente escolar e da comunidade como um todo.

As políticas públicas educacionais para o campo surgem com a necessidade de diminuir as péssimas condições não apenas de estrutura física, mas no que tange ao todo em relação a qualidade do ensino e educação ofertado nas escolas do campo, por exemplo: material didático, merenda e transporte escolar, currículo adequado à



realidade do campo entre outros fatores que são indispensáveis no desenvolvimento escolar das pessoas.

O enfrentamento da realidade do campo supõe lutar por políticas públicas que valorizem as peculiaridades dos sujeitos, e o processo de ensino aprendizagem que muitas vezes são fragmentadas e impostas aos sujeitos do campo o que não corresponde às dificuldades enfrentadas, citando como exemplo a formação continuada tanto para alunos como para professores.

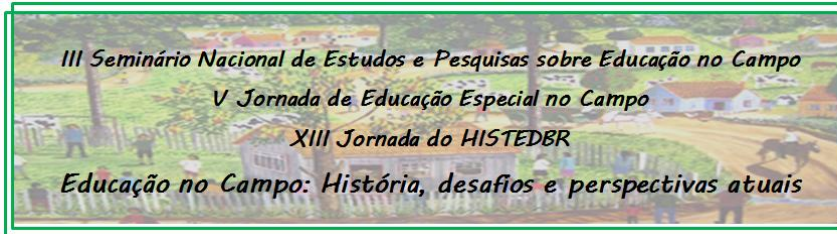
Na escola pesquisada, por exemplo, não apresenta políticas públicas educacionais de formação continuada o que implica na migração desses sujeitos para a cidade.

Diante desta problemática algumas questões como: Quais políticas públicas educacionais para o campo são encontradas na escola? Qual o modelo de educação que perpassa na escola da comunidade? Os movimentos sociais contribuem para o desenvolvimento das políticas públicas educacionais para o campo? Deram norte para esta pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa é identificar as políticas públicas voltadas para atender as necessidades do campo compreendendo a relevância para a realidade local e sua interfase no contexto da educação do campo na comunidade. E como objetivos específicos, verificar as políticas públicas existentes na comunidade pesquisada; identificar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à realidade da educação do campo e compreender os movimentos sociais e sua importância de atuação para a comunidade.

A pesquisa se baseou em autores que acreditam que a educação é o melhor caminho para a transformação social, destacando aqui como exemplo, Paulo Freire. Fundamentou-se principalmente em autores que discute sobre Políticas Públicas Educacionais, Educação do Campo, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e também se utilizou a Lei nº 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases, Pareceres e Resoluções entre outros fundamentos que enriqueceram a pesquisa.

Como requisito para obter mais informações a respeito da educação do campo no município de Anapu e principalmente como esta vem sendo trabalhada na comunidade alvo desta pesquisa foi elaborado e aplicado dois questionários. Um



específico para a Secretaria Municipal de Educação e para o coordenador pedagógico o outro para a professora da EJA da escola Irma Serafina. Também foi aplicado um diagnóstico para conhecer melhor a realidade da comunidade, além de relatos de moradores em conversas informais e durante os estágios e reuniões realizados nesta comunidade.

Este trabalho se apresenta estruturado em três partes, sendo que a primeira vem discutindo sobre educação do campo e políticas públicas educacionais presentes na escola pesquisada, a segunda parte vem abordando a caracterização da área de estudo, em seguida apresenta a metodologia, onde informa o tipo de pesquisa e os procedimentos atribuídos em cada uma das partes dos resultados.

A terceira parte aborda os resultados e discussões do que foi pesquisado, em seguida apresenta as considerações finais destacando os pontos positivos e negativos durante a elaboração deste relatório.

Dialogando sobre Educação do Campo e Políticas Educacionais

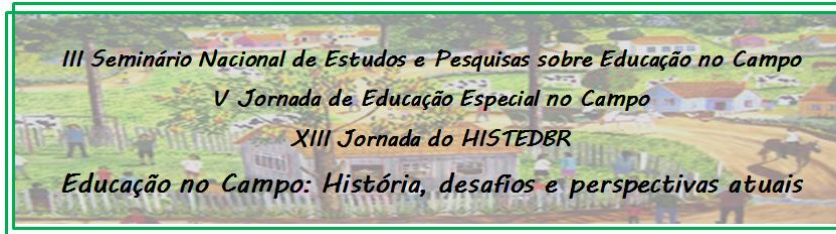
Sendo o Brasil um país que se constituiu no meio rural e até hoje apresenta inúmeras características rurais, este espaço ainda é considerado atrasado, principalmente quando se trata de educação.

No campo a educação vem se aprimorando por meio dos movimentos sociais que lutam em busca de melhorar a qualidade de vida, e mudar o pensamento atrasado de muitos em relação este espaço, rico em riquezas naturais e de um povo capaz de realizar grandes mudanças sociais no próprio espaço onde vivem e de superar as próprias dificuldades. A educação é um meio pelo qual os sujeitos do campo encontram como método de transformação social no campo a partir do que vivenciam. Paulo Freire afirma que:

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipótese sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstância (FREIRE, 1979 pg. 16).

Nas palavras de Caldart, em relação à educação do campo aborda que:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



A Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que, por trás de uma indicação geográfica e de dados estatísticos isolados, está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino (CALDART, p. 18).

As discussões a respeito da educação no campo se destacaram com mais ênfase no final da década de 90 em uma conferência em Luziânia – GO, onde foram questionadas as especificidades dos sujeitos do campo.

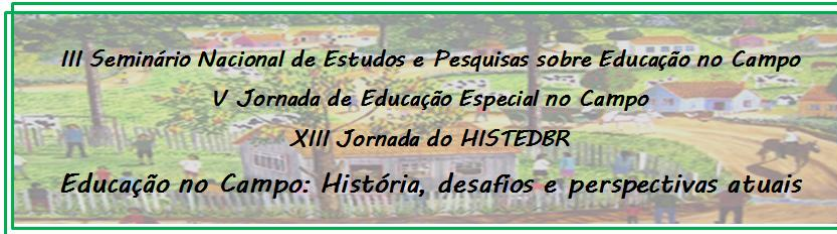
A primeira conferência nacional por uma educação básica do campo aconteceu em Luziânia, GO, de 27 a 31 de junho de 1998. Precedida por seminários estaduais, com apoio em um Texto-Base e nas experiências concretas, ela constitui um processo unido muitos parceiros na sua animação e, sobretudo, envolvendo, de modo muito participativo, expressiva quantidade de educadores e educadoras do campo (ARROYO e FERNANDES, 1999 p. 8).

O que identifica o povo campo são o modo diferente de se relacionar com a terra e o modo de organização ao desenvolver as atividades agrícolas. Realidade que exige uma educação a partir dessas especificidades.

De acordo com Ramofly Bicalho dos Santos:

A educação do campo, na perspectiva da reconstrução de valores, constitui-se em mecanismo para fazer emergir os sonhos e as esperanças dos trabalhadores rurais, num projeto coerente com a realidade de vida desses sujeitos do campo que valorizam a escola como local de construção da cidadania plena, contrária às ações reprodutivistas e produtoras das desigualdades. No meio rural a escola do campo deve ser conquistada tendo como princípios e objetivos principais o envolvimento na luta pela inclusão social e a defesa dos direitos humanos. Uma escola que busque a igualdade, o direito à terra e saiba lidar com a diferença (SANTOS, s/d. s/pg.).

O discurso de que a educação é um direito de todos, dever do Estado esta bem clara, porém o que se observa que muitas comunidades rurais não possuem escolas e



quanto tem geralmente é uma educação de baixa qualidade, como por exemplo, professores sem qualificação que cursaram apenas o ensino médio.

É relevante salientar que os movimentos sociais no campo vêm travando um luta constante na busca por uma educação que seja coerente com as realidades cotidiana desses sujeitos. Entre os movimentos sociais o MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se destaca ao mobilizar dentro dos assentamentos pratica pedagógicas adequadas com as experiências vividas de seus sujeitos. A autora Claudia Gallert nos mostra que:

O MST como movimento social de massas desenvolveu ao longo de seus vinte anos de formação, a preocupação com a Educação, e nesse sentido surgiu a necessidade de organizar a escola inserida no Movimento de acordo com seus interesses quanto movimento social em luta pela Reforma Agrária, com atuação na área rural, e que possibilitasse a formação do sujeito sociocultural Sem Terra. Nesse sentido, a escola não poderia ser um reflexo das escolas formais existentes, embora o caráter de escola pública e gratuita, sob responsabilidade do Estado não poderia deixar de ser considerado e exigido, enquanto o MST inseriu nas suas bandeiras de luta a Educação voltada para a sua especificidade, portanto uma Educação Popular, do Campo e no Campo, e que estivesse de acordo com seus interesses enquanto classe trabalhadora do campo (Gallert 2005, s/pg.)

Dentro das classes trabalhadoras do MST estão pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, roceiros, Sem Terra. O que reafirma a ideia de que não é possível fazer educação do campo sem antes conhecer as especificidades de seus diferentes povos e com diferentes valores, anseios, culturas e crenças, em fim sem conhecer a realidade do campo.

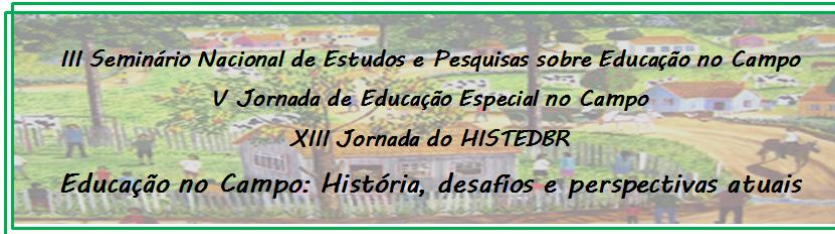
De acordo com Paulo Freire:

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem.

Por isso, é preciso fazer um estudo filosófico-antropológico. Começemos por pensar sobre nós mesmos e trataremos de encontrar, na natureza do homem algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se sustente o processo de educação (Freire 1979, pg. 14).

A educação do campo necessariamente deve desenvolver uma educação diferenciada, o que exige um conjunto de ações tanto por parte dos governos como das

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



comunidades rurais para que esta aconteça verdadeiramente de acordo com as necessidades de cada povo. É de fundamental relevância destacar que a educação do campo é proveniente das políticas públicas surgidas a partir das necessidades dos sujeitos trabalhadores do campo por uma sociedade não marginaliza e com seus valores respeitados.

Sabemos que as políticas públicas educacionais para o campo existem como forma de minimizar as desigualdades educacionais entre seus povos, que é uma ação do Estado criada a partir das necessidades e de muitas lutas. Surgem, com o objetivo de incluir no meio escolar os pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas entre outros povos que vivem distantes do meio urbano.

Políticas Educacionais Presentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmã Serafina

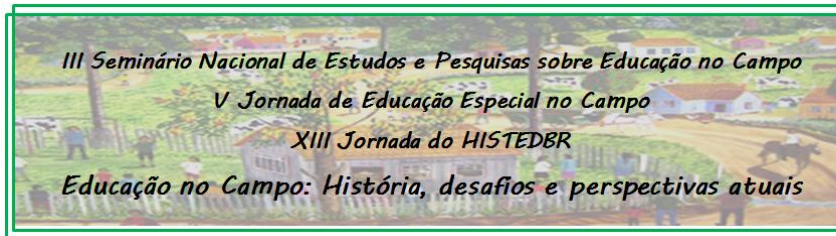
Para se adquirir educação de qualidade não basta ter apenas um espaço, professor e aluno, é necessário uma serie de fatores que venham a contribuir no desenvolvimento de aprendizagem do educando e no método de ensinar do educador.

As condições do ambiente escolar são fundamentais, é nesse espaço que o estudante passa boa parte do dia, convivem com pessoas de culturas diferentes, se divertem e aprendem ao mesmo tempo, por isso deve ser considerado um espaço social já que é fundamental para a formação das pessoas.

Quando se trata das escolas do campo a preocupação em relação à infraestrutura dos prédios escolares, material didático, equipamentos como DVD, computador, TVs, e outros recursos como bibliotecas, áreas de lazer, por exemplo, ainda deixa a desejar, além do currículo escolar que tem que ser diferenciado das escolas urbanas. Conforme informa a pesquisa abaixo:

As escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infraestrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas. Em termos dos recursos disponíveis, a situação das escolas da área rural ainda é bastante precária. Serviços e insumos básicos presentes na maioria das escolas urbanas são escassos ou inexistentes nas escolas rurais. Por exemplo, enquanto 75,9% dos estabelecimentos urbanos estão equipados com microcomputadores, apenas 4,2% dos

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



estabelecimentos rurais de ensino contam com este recurso. Equipamentos como biblioteca, laboratório e quadras de esporte não fazem parte da realidade das escolas rurais. (BRASIL, 2007, pg.29).

Na escola municipal Irma Serafina esses fatores poder ser observados no dia a dia. Disponibiliza de pouquíssimos materiais e recursos pedagógicos. É uma escola do campo, porém seus métodos de ensino e conteúdos são baseados nos mesmo das escolas da cidade, ou seja, a escola ainda não se adaptou totalmente as necessidades e as peculiaridades dos educandos do campo.

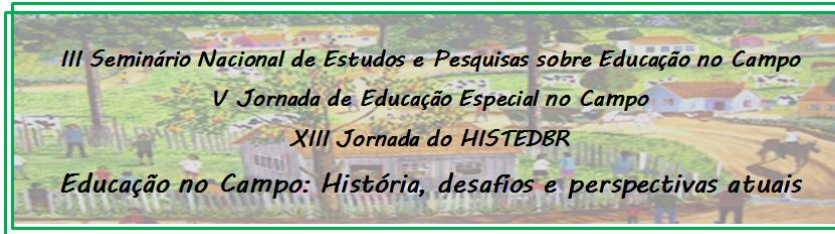
Quanto à merenda escolar nas escolas do campo, pode se destacar como um fator atrativo e também educativo, além de alimentar a criança que passa boa parte do dia na escola, o educando pode aprender sobre os hábitos alimentares e permanecer mais tempo na escola. Uma criança bem alimentada só tende a melhorar seu rendimento educacional.

Quando uma criança chega à escola em jejum, ela pode ficar sonolenta na sala de aula e não consegue prestar a atenção nas aulas, conseqüentemente isso prejudicará seu desempenho. Por isso, é importante que todas as crianças estejam bem alimentadas durante sua permanência na escola. Sendo assim, a alimentação é fundamental para a educação de qualidade e o sucesso de cada estudante (BRASIL 2006, pg. 24).

Uma das condições favoráveis que a escola alvo desta pesquisa oferece aos seus estudantes e a merenda escolar. Todos os meses a escola recebe certa quantidade de alimentos. A merenda é servida uma vez em cada período de aula.

Como já mencionado acima a escola Irma Serafina baseia seus conteúdos em uma escola urbana, conseqüentemente seu currículo não é diferenciado e como se trata de uma escola do campo pode se afirmar que este é um ponto negativo para a qualidade de ensino.

É no currículo que a escola define os métodos de ensino e se organiza definindo suas finalidades em relação aos objetivos que anseia alcançar é um instrumento de orientação que as escolas por menor e mais distantes que sejam devem construir para executar suas atividades pedagógicas de acordo com a realidade de seus alunos. Tanto professores, alunos e comunidade são responsáveis pela construção dos currículos.



De acordo com Moreira e Candau:

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração (MOREIRA E CANDAU, 2008, p. 17).

No campo as pessoas são donas de um conhecimento que vão adquirindo no cotidiano por meio das atividades que desenvolvem em seus estabelecimentos agrícolas, e ao frequentarem as escolas é fundamental que essas experiências diárias sejam de alguma forma abordada como assuntos.

A junção do conhecimento do dia a dia com as informações adquiridas nas escolas se organizam em conhecimentos mais claros, facilitando aprendizagem da criança. Por isso, que é importante que as escolas do campo elaborem seus currículos com a visão de que conhecimento não se obtém apenas na sala de aula, mas que esta também é indispensável e que as escolas tenham o pensamento de que currículo é conhecimento.

Como ressalta Veiga:

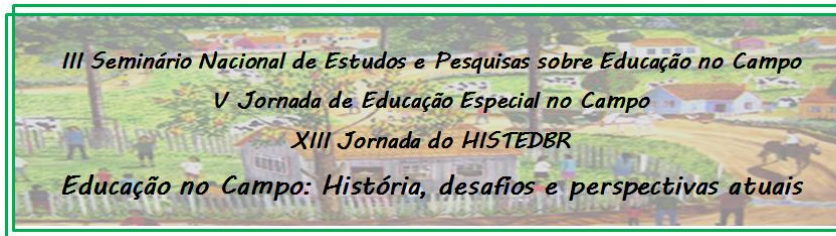
O currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA 2002, pg.07).

É relevante destacar que o currículo é construído a partir do Projeto Político Pedagógico- PPP. Pode se dizer que uma escola sem PPP adota uma rotina sem evolução e sem mudanças no ensino escolar. A escola Irmã Serafina, tem dose anos de existência e nunca construiu seu PPP, o que dificulta no processo educativo.

De acordo com a LDB em seu artigo 47 inciso 1º afirma que:

As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições (BRASIL, 2010).

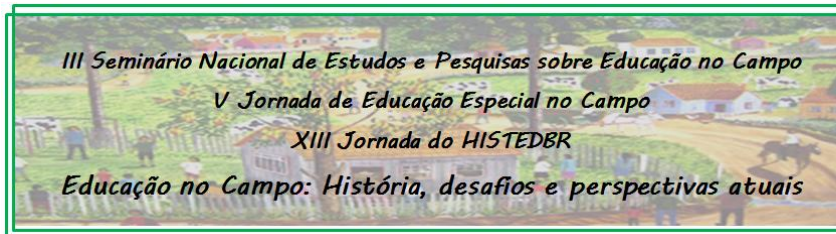
O PPP de fato é um documento legal e dentro dele, esta contida as informações básicas e metas que a escola deseja alcançar. Nesse sentido é fundamental a participação da comunidade na elaboração do projeto, já que é necessário que a escolas se organize pedagogicamente de acordo com a diversidade cultural e as especificidades de seus sujeitos buscando sempre a transformação social.

A escola alvo desta pesquisa faz parte do programa Escola Ativa, por trabalhar apenas com turmas multisseriadas e ser do campo se enquadra no perfil das escolas que o programa pretende desenvolver praticas para melhorar a qualidade do ensino escolar, ao considerar que as escolas multisseriadas enfrentam dificuldades por atender em uma mesma turma crianças de diferentes idades e série diferentes e apenas um professor.

Nas escolas multisseriadas, um único professor atua em múltiplas séries concomitantemente, reunindo, em algumas situações, estudantes da pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental em uma mesma sala de aula. Esse isolamento acarreta uma sobrecarga de trabalho ao professor, que se vê obrigado nessas escolas ou turmas a assumir muitas funções além das atividades docentes, ficando responsável pela confecção e distribuição da merenda, realização da matrícula e demais ações de secretaria e de gestão, limpeza da escola e outras atividades na comunidade, atuando em alguns casos como parteiro, psicólogo, delegado, agricultor, líder comunitário, etc. (HAGE, 2011.).

A partir dessa realidade das escolas do campo o programa Escola Ativa oferece para educando e educadores alicerce para o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade e atue no sentido de transformar a realidade educacional das escolas multisseriadas do campo.

O Programa Escola Ativa se propõe à tarefa de aprofundar e propiciar melhores condições para o desenvolvimento da escola do campo e para o fortalecimento da experiência escolar, estimulando a conquista das coletividades e o compromisso com a vida escolar, com a comunidade e com o país. O Programa Escola Ativa se propõem a valorizar o profissional da educação escolar através da busca de condições adequadas de formação – em caráter inicial e continuado - remuneração, acompanhamento pedagógico, possibilidades de intercambio e formas de aprendizagem em serviço, estudo da



diversidade e dos processos de interação e de transformação do campo. (BRASIL 2008, pg.20).

A escola pesquisada funciona turmas multiseriadas é do campo e esta incluída o programa, porém a mesma não se adaptou as metodologias da Escola Ativa, não mudou seus velhos hábitos, o ensino tradicional. Observa se que nem sempre é a falta das políticas públicas que impede o desenvolvimento, mas sim como estas são atribuídas e articuladas.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa utilizou-se os métodos de Minayo e os passos de Severino 2007. A discussão do tema em A Educação do Campo e suas interfaces fez-se necessárias metodologias que exige uma interação do conhecimento teórico do pesquisador, e a prática e os saberes do pesquisado.

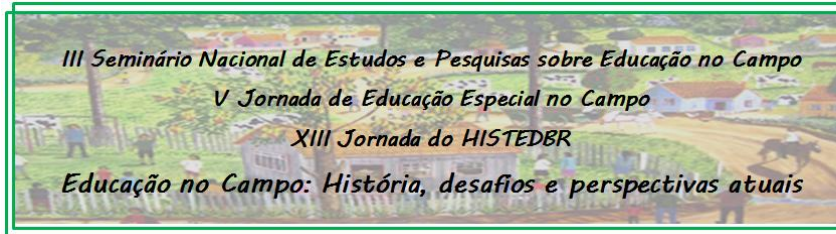
O fazer ciência é baseado no paradigma epistemológico dialético, por considerar as ações humanas, não só de um sujeito, mais de um grupo, priorizar a práxis humana e a ação histórica e social dando sentido numa finalidade inter-relacionada com a transformação das condições da existência da sociedade humana (SEVERINO, 2007).

A pesquisa ocorreu também pelo método qualitativo. Nas palavras de Minayo esse paradigma trabalha com o mundo dos significados, quando afirma que:

Se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos às operacionalizações de variáveis. (MINAYO 2002, pg.13-14).

Para Severino (2007), a pesquisa ação tem o poder de compreender e intervir cabendo ao pesquisador também o ato de observação. O autor ainda descreve que:

A pesquisa ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vista a modificá-lo. O conhecimento visado articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Assim, ao mesmo tempo em que realiza um diagnostico e a análise de uma determinada situação a pesquisa propõem ao conjunto de sujeitos



envolvidos, mudanças que levem a um aprimoramento das praticas analisadas (SEVERINO, 2007 pg.188).

A pesquisa de campo para esse tipo de atividade é relevante, quando aborda informações em que o objeto esta inserido em sua realidade. Segundo Severino (2007, p.120.) na pesquisa de campo “a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenções e manuseio por parte do pesquisador”.

A pesquisa se torna um mecanismo quando busca identificar e compreender a problemática do objeto de pesquisa. Por essa razão apresenta- o uso da pesquisa explicativa. Para Severino (2007, p 123) “é aquela que além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos”.

Com o objetivo de entender como a educação do campo esta inserida ou vem sendo discutida na escola Irma Serafina, foi elaborado e aplicado um questionário para a secretaria municipal de educação e para o coordenador pedagógico e também para uma das professoras da escola citada, com a finalidade de compreender como lidam ou o que entendem sobre o conceito de educação do campo.

Segundo Severino (2007), essa é uma técnica de pesquisa com questões “sistematicamente articuladas, que se destinam a levar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião do mesmo sobre os assuntos em estudo”.

Este trabalho esta dividido em itens que facilita a leitura e compreensão das discussões. No item sobre a caracterização da área de estudo foi realizadas leitura e pesquisas na internet para detalhar o histórico do município de Anapu, também realizou-se uma breve contextualização da comunidade Acrolina e diagnostico da realidade escolar. Em relação à comunidade as informações foram adquiridas por meio de entrevistas e conversas informais com moradores antigos e também um diagnóstico para conhecer melhor a realidade da escola.

Foram elaborados e aplicados questionários abertos com o objetivo de colher o maior número de informação possível a respeito da educação do campo que perpassa no

município, e das políticas públicas educacionais e como os atuantes da educação pensam sobre o conceito de educação do campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização da Área de Estudo

3.1.2 Município de Anapu

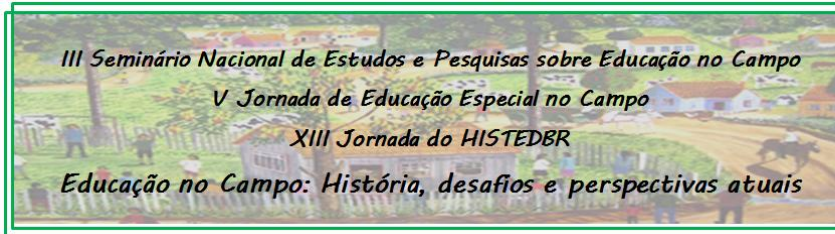
Localizado no sudoeste do estado do Para, Anapu faz parte da Amazônia Legal, surgiu em 1972 e foi criado pela lei 5.929 de 28 de dezembro de 1995, sendo sua área desmembrada dos municípios de Pacajá e Senador Jose Porfírio, e instalado em 01 de janeiro de 1997, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Figura 1 - Município de Anapu



Fonte: IBGE (2010).

O surgimento do município de Anapu ocorre a partir da construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), e com o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído no ano de 1970 e implementado a partir de 1971, pelo governo federal, do então presidente militar Emilio Garrastazu Médici. O PIN tinha como um dos seus principais objetivos desenvolver um grande Programa de Colonização e Reforma Agrária dirigida à Amazônia, trazendo trabalhadores sem terras de diversos pontos do Brasil, em especial o Nordeste.



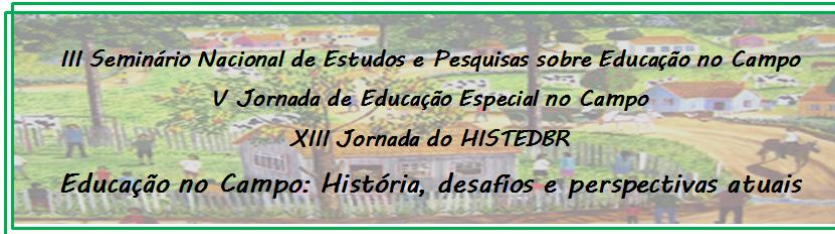
A Rodovia Transamazônica constituía se no eixo ordenador de todo o Programa e no Pará, o trecho Marabá- Altamira foi objeto de planejamento e investimento especial, sendo sua colonização realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que nessa época houve um (re) povoamento, ou uma concentração maior de pessoas no espaço onde hoje se situa Anapu, onde a maioria eram famílias nordestinas que desenvolveram como sua principal atividade econômica o cultivo de cultura de subsistência. De acordo com Silva:

O trecho Marabá-Altamira-Itaituba foi praticamente construído em dois anos e seu (re)povoamento, realizado às pressas, segundo o PIN – Projeto de Integração Nacional anunciado pelo Governo do General Médici em 1970. Considerem-se, no entanto que muitas foram as aproximações, adaptações e negociações locais no processo da chamada colonização. (SILVA, 2008, pg. 34).

De acordo com a Associação Solidaria, Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia - ASSEEFA, ao mesmo tempo em que se fazia a colonização, o INCRA, alienava com contratos, grandes áreas de florestas em lotes de 3.000 hectares para fazendeiros das regiões sul e sudeste do Brasil, com o objetivo de transformá-los em lotes produtivos com a implantação de pastagens. A maioria destes fazendeiros não cumpriu o referido contrato passando a esses lotes novamente para a tutela do INCRA, que posteriormente foram sendo ocupados espontaneamente por famílias migrantes de varias regiões brasileiras e filhos dos primeiros colonos da antiga colonização.

A ASSEEFA cita que na época a liberação de linhas de créditos agropecuários (financiamento) pela antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) atraiu ainda grandes fazendeiros destinados a transformar a região num grande polo pecuário, e a partir de 2000, migraram grandes serrarias oriundas do sul do Estado, em busca de novas áreas de florestas para a extração, transformando a região em um palco de vários conflitos agrários.

Com o número de serrarias e madeireiras que se instalava no município de Anapu aumentou a exploração de madeiras de grande porte onde grande parte da floresta sofreu os impactos ambientais, até então só pequenos agricultores derrubavam para plantar lavouras para o consumo da família.



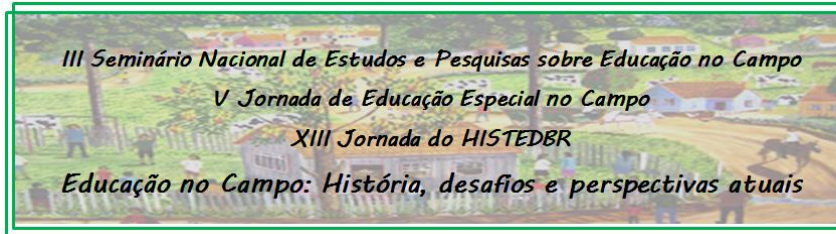
A partir de então grandes conflitos começaram a surgir no meio rural do município de Anapu, o que despertou nos movimentos sociais local, a necessidade de apresentar como solução para minimizar o desmatamento do meio natural, reservas extrativistas.

Dentre estes conflitos no campo no município citado temos como exemplo o caso da morte da freira americana e moradora de Anapu Dorothy Stangy. Este caso causou grande repercussão no país e também foi notícia internacional.

Com o amadurecimento da ideia, de que as reservas extrativistas trariam melhores condições de vida para os sujeitos do campo segundo a ASSEFA de Anapu, através de discussões com a participação do INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério Público Federal e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) levando em consideração a existência de famílias nestas áreas os Movimentos Sociais em parceria com o INCRA optaram pela criação de um modelo de assentamento rural para a Amazônia de interesse social e ecológico destinado à população que tem sua subsistência baseada na agricultura familiar, no uso dos recursos florestais e em outras atividades de baixo impacto ambiental- o Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS. Como Ribeiro cita:

Porém, a luta por uma nova política agrária e ambiental em Anapu é resultado da pressão dos movimentos sociais, que reivindicavam que as terras da união fossem transformadas em áreas de preservação ou em projetos de assentamentos que garantisse a sustentabilidade ambiental, a partir dessa proposta foi elaborado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), após o requerimento de criação do PDS, foi solicitado ao INCRA um recadastramento de todas as terras que abrangiam a região, foi constatado que todos eram grandes e improdutivos ou estavam em fase de cancelamento dos CATPs. (RIBEIRO, 2009 pg.12).

Foram criados em Anapu quatro PDSs. Em se tratando de uma nova modalidade de assentamento rural, os créditos que distingue o PDS dos demais assentamentos rurais tradicionais consistem num conjunto de normas, regras e diretrizes, formatadas num Plano de Utilização (PU) que é o documento máximo que regue todas as ações referentes ao desenvolvimento do assentamento. Alguns latifundiários se apropriam



dessas áreas sem ter direitos algum provocando grandes conflitos agrários e a violência no campo. (ASSEEFA, 2007)

Como cita Ribeiro:

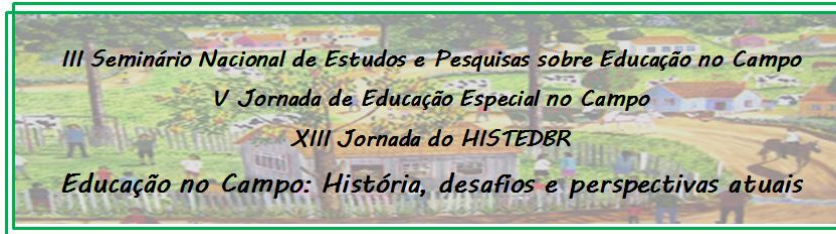
Em 2002, o INCRA criou oficialmente PDS de Anapu, mas o grande obstáculo tem sido a violência imposta pelos madeireiros, posseiros e fazendeiros, e o comprometimento da justiça com, por exemplo, o caso do fazendeiro Délio Fernandes, que ocupou lotes do PDS e foi concedida a posse pela justiça federal de Marabá, através de uma ação de manutenção de posse, por uma simples posse de uma CATP. (RIBEIRO, 2009 pg. 12-13)

Anapu recebe o mesmo nome do rio que passa no município, sendo este uma dos pontos turísticos da cidade onde muitas pessoas utilizam das águas para pescar e tomar banho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o nome Anapu é de origem indígena.

O termo Anapu é de denominação indígena onde 'ANA' significa Forte, Grosso e 'PU', ruído forte, possivelmente produzido pelo volume d'água do caudaloso rio com suas inúmeras cachoeiras. (IBGE, 2010).

No interior do município prevalece algumas atividades econômicas como banana, cacau, café, mamão, manga, pimenta do reino e urucum sendo estas lavouras permanentes. Também apresenta como lavoura temporária o abacaxi, arroz cana de açúcar, feijão, mandioca, melancia, tomate. Na pecuária prevalece o rebanho de gado bovino e também há uma grande extração vegetal como a madeira, por exemplo, alguns frutos como açaí e castanha-do-pará, dados o site do IBGE.

Em se tratando de educação as escolas dos assentamentos rurais de Anapu estão caminhando muito lentamente para apresentar uma educação do campo coerente com a realidade de cada comunidade. Nos PDSs, por exemplo, uma iniciativa que une a produção agrícola com a preservação florestal, as escolas apresentam um déficit em relação sua estrutura física, professores sem nível superior completo, e mesmo os que estão estudando não possuem um currículo adequado as especificidade do campo, as escolas não possuem calendário escolar baseado no calendário agrícola, projeto político pedagógico e nem formação continuada dos professores, onde os alunos na sua maioria



jovens são obrigados a pararem seus estudos ou abandonar os assentamentos e migram para a cidade onde tem a oportunidade de dar continuidade a sua formação escolar.

3.1.3 Contextualizações da comunidade Acrolina e diagnostico da realidade escolar

A comunidade Acrolina esta localizada as margens da Rodovia Transamazônica a dois quilômetros da cidade de Anapu. Por ser tão próxima a sede do município muitas empresas madeireiras se instalaram na comunidade por volta do ano de dois mil alterando o modo de vida dos moradores, porem esse espaço ainda é considerado rural.

Grande parte dos moradores da comunidade são funcionários de serrarias, apesar de muitos serem proprietários de estabelecimentos agrícolas, assim se dividem entre a propriedade e seu trabalho no campo e o emprego nas empresas.

A comunidade teve sua primeira escola em janeiro do ano de 2000 que funcionava em uma casa onde segundo os moradores foi cedida pelo prefeito da época e atendia quinze alunos. Como o lugar não era apropriado para funcionar uma escola, um morador doou um terreno de 100m² para construção de um novo prédio escolar. No ano de 2002 os alunos já contavam com um prédio melhor para estudar.

A escola recebeu o nome de Irma Serafina, em homenagem a uma antiga moradora. A vila hoje conta com aproximadamente cem famílias. Esse aumento da população ocorreu devido à instalação de uma empresa agroindustrial, dentro da comunidade atraindo pessoas de cidades vizinhas e de outras regiões a procura de emprego.

A escola hoje atende crianças do 1º ao 5º ano e uma turma da Educação de Jovens e Adultos – EJA na 3ª Etapa. Conta com um quadro de 109 alunos, o corpo docente é composto por duas professoras entre outros funcionários apresenta a penas duas serventes, formando um total de quatro funcionários.

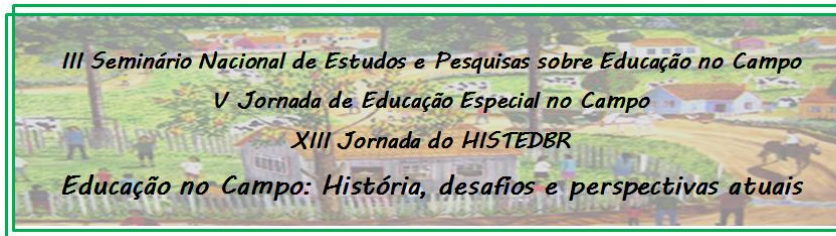


Figura 2 - Escola Irma Serafina



Fonte: Verônica Alves (2012).

A estrutura do prédio é pequena, construído de tijolos e coberta de telhas de barro. Dividida em uma sala, dois banheiros e uma pequena cozinha. Funciona nos três turnos, manhã, tarde e noite. Quanto ao nível de escolaridade de seus professores, uma tem nível superior em pedagogia e trabalha com uma turma de multisseriado do 1º ao 5º, a outra professora possui o magistério e está cursando curso superior de bacharel em administração.

Segundo a comunidade as dificuldades são inúmeras na escola, advindas de fatos como falta de ação de formação continuada para professores e alunos, falta de fiscalização por parte da Secretaria de Educação, falta sala de leitura ou biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, onde tem apenas um campinho de chão batido para praticar esporte, como mostra a Fig: 02, um poço para o abastecimento de água, vigia, área de lazer, pouco espaço, ou seja, a escola precisa de mais salas de aula, muro ao redor do ambiente escolar, faltas de livros para pesquisas e realizações de trabalhos, e uma diretora para a escola.

Figura 3 - Área de lazer da escola Irma Serafina



Fonte: Verônica Alves (2012).

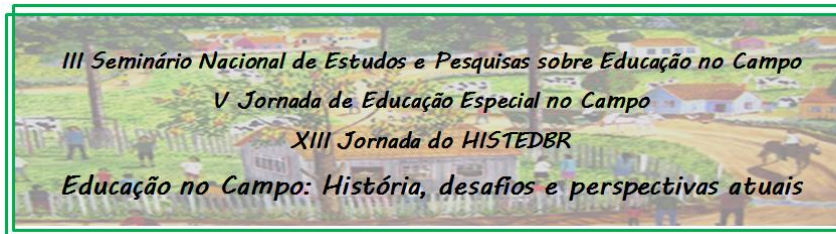
Com base no projeto de Resolução N° 2, de Abril de 2008, que determina entre outras recomendações relacionadas aos direitos dos alunos que vivem no campo, diz que:

Art. 7° A educação do campo deveser sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais didáticos, equipamentos, laboratoriais, biblioteca, e área de lazer e desporto. (BRASIL, 2008).

Afirma ainda que:

A admissão, formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho, deverá considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e as oportunidades de atualização e aperfeiçoamento do pessoal comprometido com as especificidades dessa modalidade de educação. (BRASIL, 2008).

Até o momento à escola nunca desenvolveu um Projeto Político Pedagógico - PPP, sendo que a mesma se baseia pelo PPP da escola a qual é anexada, Escola Estadual Santa Clara, situada na zona urbana, o que significa que ambas seguem o mesmo calendário escolar e horários de aulas. Fato que retrata a falta de compromisso dentro das políticas públicas referentes à educação do campo. Percebe se esse abandono devido



à desvalorização do homem e da mulher do campo e também da juventude por serem considerados sujeitos atrasados.

Como descrito no Parecer de Nº 36, de 2011 onde assegura que as escolas do campo devem apresentar seus próprios calendários e horários para então atender as especificidades da comunidade rural.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade. (BRASIL, 2011).

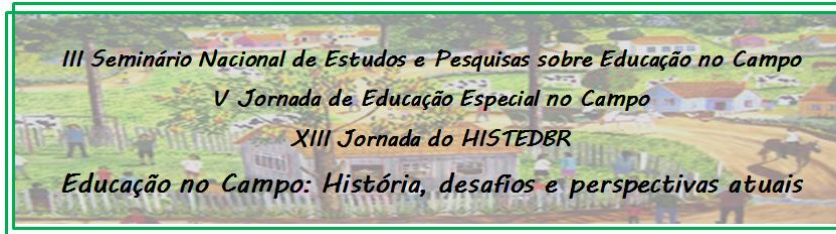
Com o intuito de contribuir para a qualidade do ensino e como método de mudanças da realidade precária que apresenta a escola Irma Serafina, em se tratando de recursos pedagógicos educativos, a escola pesquisada busca parcerias com outros órgãos, como a secretaria de Saúde do município, realizando palestras, também junto à prefeitura para adquirir recursos de alta necessidade como, aparelhos de DVD, televisão, computador, equipamentos esses que visam melhorar o ensino aprendizagem, despertar o interesse maior pela educação e a autoestima dos educandos e educadores.

Os equipamentos acima citados são imprescindíveis para o desenvolvimento de aulas mais dinâmicas e atrativas para os alunos, diante do fato que a tecnologia é uma realidade que vem crescendo como ferramenta educacional e as escolas do campo não podem, apenas por estarem localizadas fora do espaço urbano, não serem equipadas com equipamentos tecnológicos, é fundamental que a utilização desses recursos seja amplamente discutida e elaborada conjuntamente com a comunidade escolar para então criar novas metodologias de ensino visando e retratando a realidade da escola e de seus alunos, relacionado o contexto cotidiano do campo articulando o saber comum ao saber científico.

Como afirma Carldart os sujeitos da educação do campo são os sujeitos do campo e por isso tem que ser uma educação que os identificam.

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da identificação geográfica e da frieza de dados estatísticos esta uma parte do povo brasileiro que vive neste

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



lugar e desde as relações sociais específicas que compõe a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino. (CALDART 2002, pg. 19).

A escola Irma Serafina, enquanto espaço educativo dos sujeitos do campo, e como toda escola esta inserida num contexto político, econômico, social e cultural. Portanto a função da escola vai além do ensinar escrever e a ler o que implica a análise de sua realidade bem como as especificidades de seus alunos.

Partindo desse pressuposto que a escola é resultante de diversas determinações a organização escolar é fundamental. A mesma deve estabelecer e levar em consideração uma serie de fatores do meio rural ou se adaptar as especificidades e peculiaridades do campo.

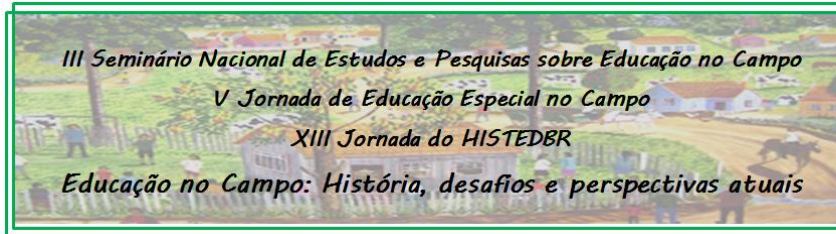
A escola pesquisada, segundo uma das professoras, afirmou durante uma reunião, que a relação escola – comunidade, ao entender que o dialogo a comunicação entres as pessoas faz parte da educação e que educar não é papel exclusivamente da escola procura manter um bom relacionamento dentro e fora do ambiente escolar. Esse fato contribui de forma indiretamente ter os educandos como a principal ferramenta para a mudança da sociedade.

Considerando que a escola é uma comunidade educativa e, portanto deve atender todos os tipos de crianças, onde todos podem partilhar os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, enquanto unidade de ensino a mesma deve estar preparada com funcionários qualificados e estrutura física adequada a quaisquer necessidades físicas do aluno.

A escola Irma Serafina apresenta uma estrutura física ineficaz, sem a menor condição de atender adequadamente uma pessoa com deficiência física. Não tem rampa para cadeirantes, corrimões, e nem banheiros adaptados, são padrões mínimos que toda escola deveria oferecer. Além disso:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



I – currículos, metodologias, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades; (BRASIL, 2010.).

Nesta escola não há registro de crianças com alguma necessidade especial porem, a mesma deve estar preparada profissionalmente e também quanto à estrutura física. Para isso há a necessidade da escola elaborar seu PPP destacando dentro do currículo as adaptações e as mudanças para incluir a criança com deficiência ou com qualquer necessidade especial no mundo escolar para que futuramente estas pessoas possam assumir seus papéis como qualquer outro cidadão.

3.1.4 Entrevista com Secretária Municipal de Educação e coordenador Pedagógico

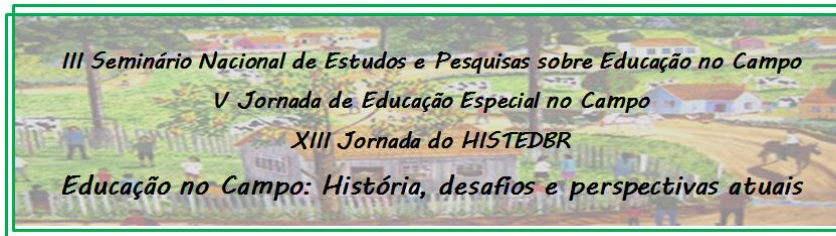
Para realização da entrevista foi elaborando um questionário com dez perguntas relacionadas à educação do campo e também referente às políticas publicas educacionais desenvolvidas nas escolas do campo no município de Anapu em especifico na escola Irma Serafina na comunidade Vila Acrolina.

A entrevista foi realizada aos dias vinte e dois de novembro de dois mil e dose na Secretaria Municipal de Educação no município de Anapu com a secretaria de educação Iza Cavalcante e o coordenador pedagógico Juliano Guzzo.

A entrevista por meio do questionário aberto busca trazer elementos para contribuir na analise da realidade da educação do campo da escola Irma Serafina identificando as dificuldades dos alunos e professores, das praticas pedagógicas desenvolvidas se estão condizentes com a realidade do campo, bem como analisar as políticas publicas educacionais presentes na escola pesquisada.

A primeira pergunta feita aos entrevistados foi como na visão deles deve ser a educação do campo, ambos responderam que a educação do campo dever ser diversificada e diferenciada. O coordenador se respalda mencionando a LDB onde assegura que a educação no campo deve ser diversificada, os conteúdos curriculares voltadas para a realidade dos povos que vivem no campo em suas diversas situações.

De fato as palavras dos entrevistados coincidem com o que esta no artigo 7º, parágrafo 1º da resolução N° 2, de 28 de abril de 2008, onde assegura que:



A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto a sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições. (BRASIL, 2008).

Na mesma fala referente à pergunta cima o coordenador e a secretária deixam bem claro através de suas palavras que apenas conhecer a lei não basta ao afirmarem que a lei não é posta em prática, ao citar que as escolas do município tanto urbanas quanto do campo seguem o mesmo calendário escolar. Ou seja, o calendário escolar agrícola que as escolas rurais deveriam criar e seguir durante o ano letivo não existe em nenhuma escola do campo no município de Anapu.

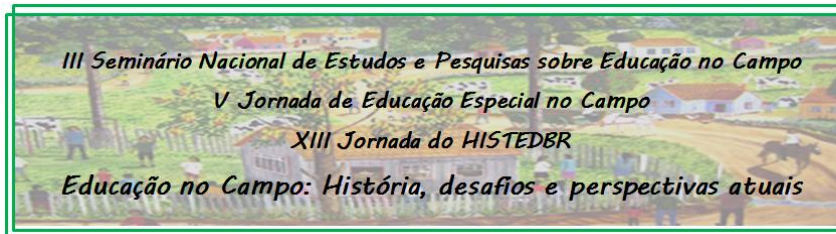
Segundo os entrevistados durante sua gestão não tiveram condições de fazer uma educação de acordo com o que esta prevista na LDB. Mas afirma que alguns programas voltados especificamente para a educação no campo foram desenvolvidos em algumas escolas, citando o programa escolas ativa que “tem mecanismo para o atendimento diferenciado para a educação do campo, este programa apresenta um contexto diferenciado do urbano.” (palavras do coordenador).

Realmente algumas escolas estão incluídas no Programa Escola Ativa. De acordo com a secretaria de educação, no município de Anapu de 2008 a 2009 trinta e uma escolas foram atendidas pelo programa. Uma das que adotou o programa foi a escola Irma Serafina, porém a realidade encontrada na escola não condiz com o que o programa estabelece como, por exemplo, currículo diferenciado, PPP, calendário agrícola, material didático adequado.

Como descrito abaixo:

O programa Escola Ativa se propõe à tarefa de aprofundar e propiciar melhores condições para o desenvolvimento da escola do campo e para o fortalecimento da experiência escolar, estimulando a conquista das coletividades e o compromisso com a vida escolar, com a comunidade e com o país. (BRASIL, 2008, pg.29).

Partindo da análise do trecho acima pode se dizer que não basta que as escolas estejam incluídas no programa se não trabalham a realidade do campo, se as finalidades e objetivos do programa não são posto em prática.



A secretária municipal de educação afirma que sempre desejou que fosse realizada em todas as escolas do campo uma educação diferenciada devido as escolas do campo serem turmas multisseriado. E citou na sua fala, destaque da concepção de Paulo Freire:

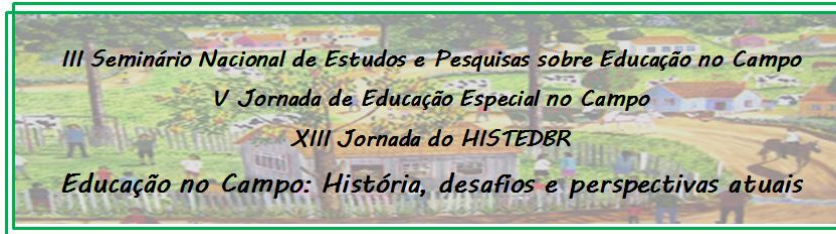
Como diz Paulo Freire, a educação do campo já ensina a realidade. Se o aluno trabalha a sua realidade é muito fácil melhorar sua aprendizagem. É como já disse de acordo com Paulo freire e a LDB a educação do campo dever ser sim diferenciado. (Palavras da Secretária de educação, 2012).

O coordenador pedagógico acrescentou ainda que durante os quatro anos de sua gestão tentaram adequar as escolas para atender as especificidades do campo como, por exemplo, quanto à estrutura físicas das escolas para professores e alunos se sentiram mais confortados. Mas reconhece que não é a estrutura do prédio que determina uma educação de qualidade, mas é fundamental a ampliação e construção de novas escolas no campo.

Outro fator relevante para melhorar a qualidade de ensino nas escolas do campo é o aperfeiçoamento dos educadores em suas disciplinas no intuito de buscar novas metodologias para a prática do ensino. Levando em consideração que a qualidade do educador faz diferença na sala perguntou se aos entrevistados, como a Secretaria Municipal de Educação de Anapu tem contribuído na formação dos sujeitos educadores que trabalham na escola irmã Serafina?

De modo geral e não só da escola Irmã Serafina mais de todas as escolas tanto do campo quanto também as da zona urbana, temos realizados encontros pedagógicos para discutir o macro do calendário do ano letivo. Muitos professores do campo estão cursando a UEPA, em parceria com o PARFOR vários professores estão tento a oportunidade cursarem o nível superior. (Secretária de educação, 2012).

O coordenador pedagógico citou também o PROCAMPO- Programa de Licenciatura em Educação para o Campo, que é um curso que deu a oportunidade de professores do campo que possuíam apenas o nível médio se formar na área da



educação do campo. Também afirmou que os encontros do programa escola ativa contribui muito no complemento para melhorar a educação do campo.

Para uma educação de qualidade é fundamental professores bem qualificados, preparados pedagogicamente, infelizmente na zona rural é baixo o numero de educadores com nível superior e na maioria daqueles que cursaram uma universidade, o curso não é específico para atuar em escolas do campo principalmente com turmas multisseriadas.

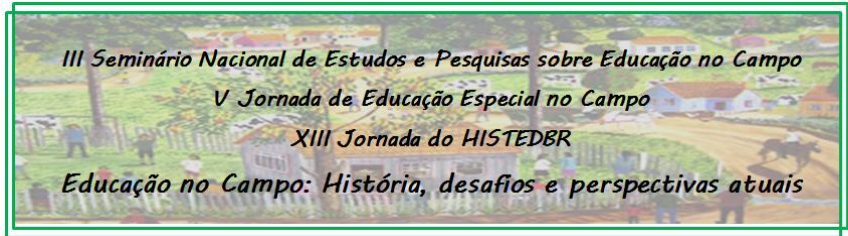
De acordo com a informação da pesquisa abaixo nos mostra que:

O nível de escolaridade dos professores revela, mais uma vez, a condição de carência da zona rural. No ensino fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 21,6 dos professores das escolas rurais tem formação superior, enquanto nas escolas urbanas esse contingente representa 56,4 dos docentes. O que é mais preocupante, no entanto é a existência de 6.913 funções docentes sendo exercidas por professores que tem apenas o ensino fundamental e que, portanto, não dispõe da habilitação mínima para o desempenho de suas atividades. A maioria desses professores leigos atua nas Regiões Norte e Nordeste (BRASIL 2007, pg. 33).

No município de Anapu, segundo a secretária, na zona rural existem cem escolas, e cerca de aproximadamente duzentos docentes e em media apenas quarenta tem nível superior, uns estão cursando e outros possuem apenas nível médio ou o magistério.

Diante dessa realidade há uma necessidade maior por parte das secretarias municipais estarem buscando cursos relacionados à educação levando em consideração a realidade do contexto escolar, desenvolvendo atividades pedagógicas nas comunidades, buscar parcerias com universidades e empresas como o objetivo de melhorar e aperfeiçoar a pratica docente. Nas palavras de Paulo Freire o professor deve sempre esta a pesquisar sobre suas praticas docente, ou seja, ensinar exige pesquisa.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que- fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino por que busco, por que indaguei, por que indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE 1996, pg. 14).



É a partir da formação continuada, de pesquisas, de inovação das práticas pedagógicas que se percebem as mudanças no desenvolvimento escolar dos educandos. A formação inicial do educador começa na universidade e a continuidade dessa formação se dá por meio de cursos e pesquisas ao longo de sua profissão.

Não se pode negar que o campo vem passando por algumas transformações nas últimas décadas. Mas apesar dessas mudanças a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descaso especialmente pela ausência de políticas públicas. Muitos fatores contribuem na má qualidade da educação principalmente daquelas escolas localizadas a quilômetros de distância dos centros urbanos e de difícil acesso. Essas dificuldades provocam nos alunos uma expectativa negativa, desânimo, e baixo rendimento escolar.

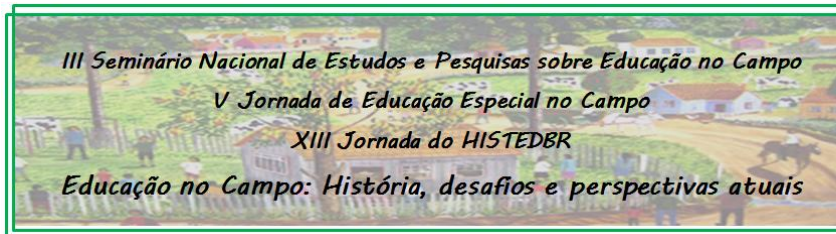
No intuito de amenizar as precariedades da educação no município de Anapu, segundo os entrevistados de 2009 a 2012, aumentou o número de professores formados atuando nas escolas do campo e outros estão cursando nível superior, desde que se instalou no município a Universidade do Estado do Pará – UEPA, uma parceria da Secretaria Municipal de Educação e da prefeitura com a universidade onde, prefeitura e secretaria de educação são responsáveis por ceder o espaço e com outras despesas.

Outro fato que contribui com a qualidade da educação são as reformas e construção de novas escolas, manutenção das estradas das vicinais, merenda escolar de qualidade, mais materiais didáticos, transporte escolar, criação de escolas polos para diminuir as turmas multisseriadas. “É dessa forma que a secretaria tem trabalhado para mudar a realidade na escola do campo”, afirma a entrevistada.

Há ainda uma visão de que apenas as escolas dos centros urbanos podem oferecer uma boa educação em relação às escolas do campo principalmente quando estas são turmas multisseriadas. Como afirma Salomão Hage:

A visão urbanocêntrica apresenta o espaço urbano como o lugar de possibilidades, modernização e desenvolvimento, acesso à tecnologia, à saúde, à educação de qualidade e ao bem-estar das pessoas, e o meio rural como o lugar de atraso, miséria, ignorância e não desenvolvimento. São esses argumentos que induzem educadores, estudantes, pais e muitos outros sujeitos do campo e da cidade a acreditarem que o modelo seriado urbano de ensino deve ser a referência de uma educação de qualidade para o campo e para a cidade

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



e que sua implantação seja a única solução para superar o fracasso dos estudantes nas escolas rurais multisseriadas. (HAGE, 2011, pg. 105).

Diante dessa realidade perguntou-se aos entrevistados: a secretária de educação tem um calendário diferenciado para as escolas do campo do município?

Em uma das perguntas anteriores os entrevistados deixaram transparecer que essa especificidade do campo não é respeitada. E afirmam:

Nunca desenvolvemos um calendário agrícola para as escolas do campo do município. Mas os professores são orientados a respeitar a realidade de cada comunidade. Como, por exemplo, no período da colheita de arroz que muitos alunos faltam as aulas são recomendados a passarem atividades extraclases ou dar aulas aos sábados para recuperar o tempo perdido. (Secretaria e coordenador pedagógico 2012).

Mais uma vez percebe-se o descaso com o povo do campo, dessa forma o processo educativo tende a ficar cada vez atrasado e insignificante a realidade do educando.

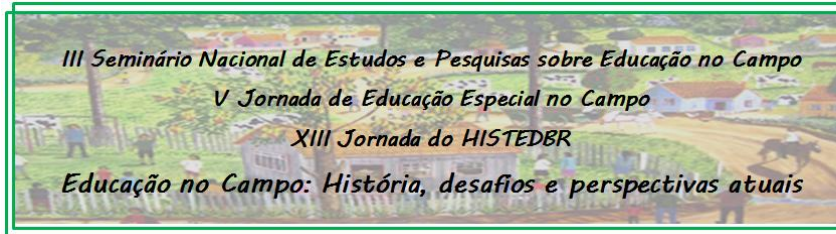
Em outro momento, os entrevistados colocam que os professores que atuam no campo não possui formação específica em educação do campo

Como o objetivo da entrevista é conhecer a realidade em relação, como é a educação do campo nas escolas do campo, foi detectado que existem professores com outros cursos como pedagogia, geografia, historia e outras formações. “Até então nenhuma universidade tinha criado esse curso”. A primeira turma é a do PROCAMPO (Palavras do coordenador pedagógico 2012).

Buscando conhecer mais sobre as políticas publicas educacionais desenvolvidas ou aplicadas pela secretaria municipal de educação na escola pesquisada, foi feita a seguinte pergunta aos entrevistados. Que tipo de políticas públicas especifica para a educação do campo existe na escola municipal Irmã Serafina?

A resposta foi direta. Escola Ativa.

Um dos objetivos do Programa Escola Ativa - PEA é trabalhar nas escolas multisseriadas práticas, metodologias e conteúdos que envolvam todas as series trazendo para sala de aula a realidade dos sujeitos do campo por meio dos assuntos abordados, além de investir na formação continuada de professores, na infraestrutura



dos prédios escolares, materiais didáticos, oferecendo sempre ferramentas pedagógicas que atenda as necessidades dos alunos das escolas do campo. Além disso:

O programa Escola Ativa se propõe à tarefa de aprofundar e propiciar melhores condições para o desenvolvimento da escola e para o fortalecimento da experiência escolar, estimulando a conquista das coletividades e o compromisso com a vida escolar, com a comunidade e como o país. Propõe a valorizar o profissional da educação escolar através da busca de condições adequadas de formação – em caráter inicial e contínuo –, renumeração, acompanhamento pedagógico, possibilidades de intercâmbio e formas de aprendizagem em serviço, estudo da diversidade e dos processos de interação e de transformação do campo. (BRASIL, 2008 pg.20).

Na escola Irma Serafina, é possível observar na rotina escolar que as propostas descritas acima pelo Programa Escola Ativa são fragmentadas. A escola recebe sim o material didático, mas não são utilizados corretamente, muitas vezes ficam de lado sem nenhuma utilidade pelos alunos e professores.

Quanto aos educadores não estão preparados profissionalmente para atuar no campo principalmente em turmas multisseriadas, a professora da EJA, por exemplo, não possui nível superior e poucas vezes, participou de cursos de aperfeiçoamento, declarou a educadora em uma conversa.

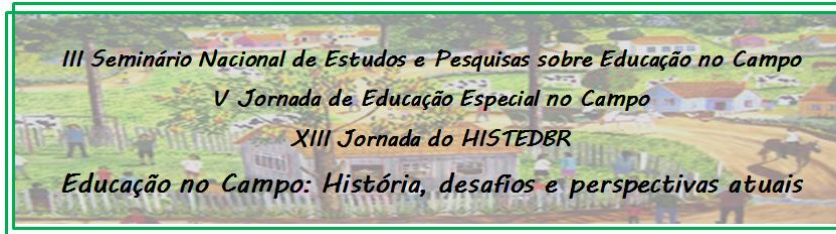
As metodologias utilizadas fogem da realidade do programa, os professores desta escola ainda estão presos aos métodos tradicionais de ensinar se limitando a poucos recursos, como por exemplo, quadro de giz, caderno, e os livros didáticos sem buscar ou instigar o conhecimento que o aluno adquiriu no cotidiano fora da escola.

Para Miguel Arroyo (1999):

A escola não pode acontecer dentro de quatro paredes, apenas nos tempos e espaços da sala de aula, temos que reinventar tempos e espaços escolares que deem conta dessa proposta de educação rural. (ARROYO 1999, pg. 27).

Em relação aos conteúdos trabalhados na escola Irma Serafina, segundo os entrevistados são os mesmos ministrados nas escolas da zona urbana. A seleção é realizada durante uma reunião com os professores no início do ano letivo. Assim afirmam o coordenador e secretaria municipal de educação:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



São escolhidos por meio dos livros de didáticos e são os mesmos ministrados nas escolas urbanas. Para essa seleção os professores do campo se reúnem analisam as editoras quando os livros chegam são distribuídos para as escolas do campo os conteúdos não são diferenciados é único PROCAMPO e pra cidade. (Secretária e coordenador 2012).

De acordo com o relato acima isso mostra mais um descaso com a educação do campo e a necessidade da escola construir seu próprio Projeto Político Pedagógico.

Um dos grandes parceiros na busca para melhorar a qualidade da educação no campo são os movimentos sociais tais como associações, sindicatos rurais dentre outros.

Diante dessa questão perguntou se aos entrevistados como se dá a relação da Secretaria de Educação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Anapu na busca por benefícios para a escola do campo? De acordo com os entrevistados essa parceria ocorre há alguns anos com o intuito de levar para os sujeitos uma educação transformadora. Juntos buscam trabalhar principalmente nas construções e reformas das escolas, realizam reuniões onde discutem as necessidades da comunidade para então desenvolver um ensino aprendizagem que reflita na realidade que vivenciam.

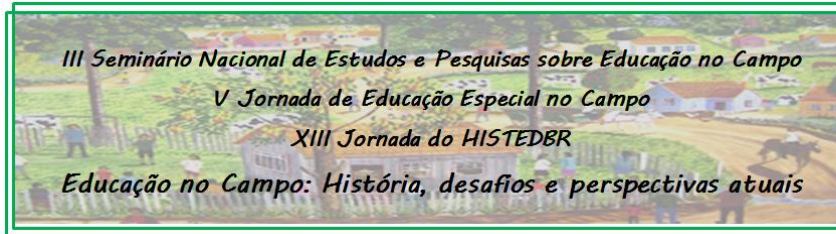
Como afirma o trecho abaixo:

São os desafios do campo em movimento que multiplicam as lutas sociais por educação. Por sua vez estão transformando este direito também em um dever (dever de lutar pelo direito), que então se consolida em modo de vida, visão de mundo: escola *no e do* campo não precisam ser algo inusitado, mas sim podem passar a ser um componente *natural* da vida no campo. (CALDART 2003, pg. 67).

É importante às escolas localizadas nas zonas rurais estarem buscando parcerias diretamente com os movimentos existentes na comunidade, é uma maneira de juntas lutarem e estarem reivindicar pelo direito de construir uma nova sociedade quebrando com as barreiras da ignorância de muitos que pensam que o campo é lugar de gente atrasada.

3.2 Diagnostico da EJA no Campo na Escola Irma Serafina

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



No meio rural a educação escolar sempre foi de forma tardia e fragmentada. Devido a essa realidade algumas políticas públicas educacionais para o campo surgiram com o objetivo de minimizar o alto numero de pessoas que nunca estudaram.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA vem sendo discutido com maior ênfase nos últimos anos. É uma modalidade de ensino que busca resgatar e trazer para a escola pessoas que não tiveram a oportunidade, quando crianças ou jovem, o direito a educação escolar ou por algum motivo tiveram que abandonar seus estudos. É no campo que se concentra o maio numero de pessoas sem escolaridade.

Como aponta a pesquisa abaixo:

A incidência de analfabetismo oferece outra medida da fragilidade educacional em que se encontra a população rural. Os índices de analfabetismo do Brasil, que permanecem bastante elevados, são ainda mais preocupantes na área rural. Segundo dados da Pnad 2004, 29,8% da população adulta da zona rural é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%. É importante ressaltar que a taxa de analfabetismo aqui considerada não inclui os analfabetos funcionais, ou seja, aquela população com menos que as quatro séries do ensino fundamental. (BRASIL 2007, pg.15).

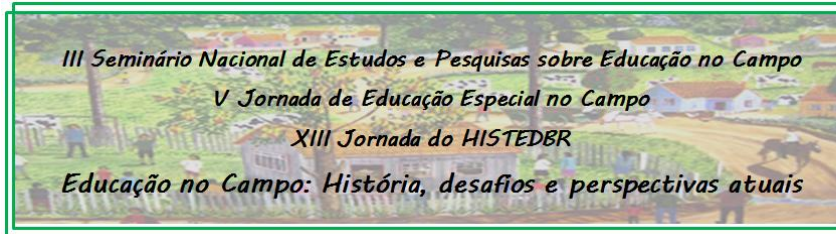
Em relação à modalidade de ensino da EJA a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 37 define que:

A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental ou médio em idade próprio. (BRASIL, 2000).

A educação de jovens e adultos – EJA- destina se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Médio (BRASIL, 2010).

É importante salientar que o publico da EJA embora alguns não tenham frequentado uma escola não significa que não tenham conhecimento. Portanto cabe ao educador criar ou inovar metodologias para desenvolver em sala de aula valorizando os saberes e despertando-os a curiosidade de prender a ler e escrever.

Com o intuito de saber como vem sendo desenvolvido o ensino da EJA na escola Irma Serafina, foi realizado no dia oito de setembro de dois mil e doze uma entrevista



por meio de um questionário aberto com a professora que trabalha com essa modalidade de ensino nesta escola há dois anos.

A entrevistada afirma que trabalha há seis anos como educadora e ministra todas as disciplinas, a pesar de não ter formação superior, cursou apenas o magistério. Devido a Educação de Jovens e Adultos ser uma modalidade de ensino que exige um método diferenciado de ensinar, à educadora aprimorou sua prática realizando 220 horas de Alfabetização Solidária para melhorar suas dinâmicas e metodologias de ensino.

Ao entender que o professor da EJA é peça chave para o desenvolvimento escolar do adulto e que as metodologias utilizadas são importantes no ensino aprendizagem desses educando por ser formados por diferentes pessoas, além da idade como também de culturas diferentes, perguntou se para a docente, você trabalha a diversidade e especificidades de seus alunos em sala de aula? Como e Por quê?

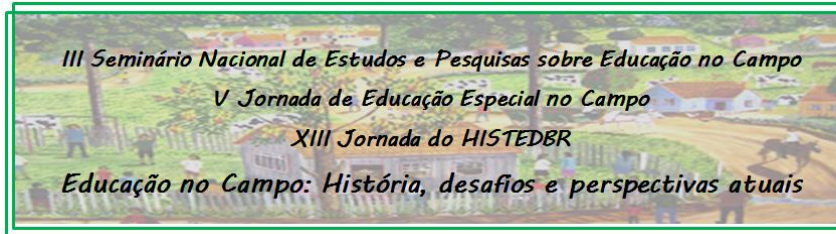
A educadora relatou que não trabalha de forma direta a diversidade e as especificidades de seus educando. *“É um assunto difícil de trabalhar em sala de aula, às vezes, especificamente não trabalho a diversidade não. O principal foco é aprender a ler e escrever”* (N. professora da EJA)

Com base nessa declaração observa-se um despreparo da educadora para assumir uma turma da EJA e principalmente por serem alunos do campo.

Trabalhar como professor não significa necessariamente fazer uma pessoa a ler e escrever. É fundamental que o docente proporcione para o educando da EJA uma variedade de experiências advindas dos próprios estudantes, que possibilite o desenvolvimento do ensino aprendizagem de forma satisfatória para que os mesmos se apropriem dos conhecimentos com uma visão crítica para se posicionar diante de sua realidade.

De acordo com Paulo Freire:

Mas que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” e a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tornaram a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos. Daí que, nesta perspectiva crítica, se faça tão importante desenvolver, nos educando como no educador, um pensar certo sobre a realidade. E isto não se faz através de bla-bla-bla, mas do respeito à unidade entre prática e teoria (FREIRE 1981, pg. 13).



Uma das grandes discussões da Educação no Campo é em relação aos conteúdos trabalhados nas escolas, se estes estão de acordo com a realidade desses sujeitos. Se tratando da EJA no campo os conteúdos merecem uma atenção especial, ou seja, devem estar articulado e relacionado no contexto em que estão inseridos.

Diante deste fato pergunta se para a professora da EJA as seguintes questões: O material didático que você utiliza está coerente com a realidade de seus alunos? Você trabalha com o Ensino da EJA fundamentada em algum posicionamento teórico específico? Qual? Além dos livros didáticos, quais outros recursos que você utiliza no Ensino da EJA?

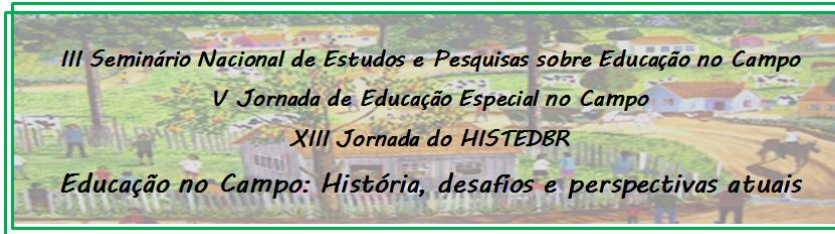
De acordo com a educadora, cita em sua fala “*Para quem não tem nada tudo serve. O material didático esta sim coerente com a realidade de meus alunos*”.

Relatou ainda que utiliza apenas os livros didáticos destinados a EJA pelo MEC que são esses que a secretaria de educação fornece a escola. Em outras palavras não se fundamenta em nenhum autor específico.

Diante dos relatos da docente percebe que a formação é fundamental, pois possibilita maior conhecimento, aprendem novas teorias, novos procedimentos que são indispensáveis na pratica da educação escolar, como por exemplo, a utilizar recursos didáticos como revistas, jornais, dicionários, gibis entre outros, aulas fora do ambiente escolar além de autores que retratam a realidade do campo e da EJA que podem ser base teórica para uma pratica mais adequado e eficiente.

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão critica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima pratica. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão critica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 1996, pg.18).

A acomodação de um professor é um ponto negativo que colabora para o estado de mesmice, os alunos se acostuma a usar apenas livros didáticos como sendo a única ferramenta para pesquisas de tarefas extraclasse e leitura. Este fato retrata a necessidade de cursos de capacitação, para que esses profissionais possam buscar meios de sempre inovar suas aulas estimulando o ensino aprendizagem do aluno.



Quanto ao nível econômico dos alunos da EJA da escola Irma Serafina, segunda a entrevistada são de classe baixa. Alguns vivem do Bolsa Família um programa do governo federal que atender famílias carentes. Alguns dos estudantes trabalham de diaristas nas serrarias que existe na comunidade. As mulheres são donas de casa entre outros que precisam trabalhar e estudar para sobreviver, ou seja, dividem o tempo entre a escola e o desejo de alcançar uma qualidade de vida melhor e o trabalho para contribuir na renda da família.

A EJA deve ser aquela modalidade de ensino que pensa os seus sujeitos, sua realidade cultural, sua organização de trabalho. Assim o professor não terá tantas dificuldades para trabalhar com turmas de jovens e adultos.

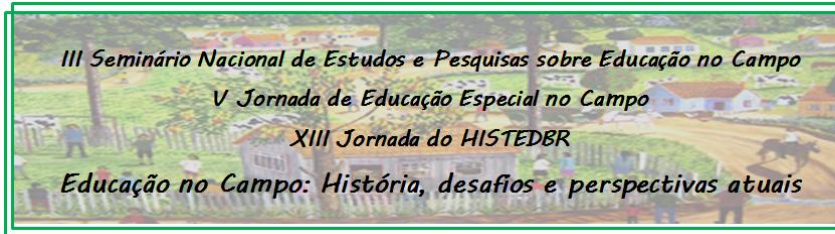
Segundo a professora entrevistada, na sua prática como docente da EJA enfrenta algumas dificuldades entre elas a falta de recursos, falta de equipamentos mais modernos como televisão, porém são problemas que apesar de contribuir para o ensino aprendizagem não dificulta tanto como, por exemplo, manter o aluno em sala de aula todos os dias.

Durante a entrevista não foi possível identificar uma preocupação em levar para os alunos da EJA do campo da escola Irma Serafina uma educação adequada para essa modalidade. A fragilidade das políticas públicas educacionais em relação à educação do campo se mostra fragmentada e mais uma vez se destaca a necessidade da escola elaborar seus currículos e PPP baseados na realidade do povo campo.

Como afirma Roseli Caldart:

Somente as escolas construídas politicamente e pedagogicamente pelos sujeitos do campo, conseguem ter o *jeito do campo*, e incorporar as formas de organização e de trabalho dos povos do campo. (CALDART 2003, pg.66).

De fato só se pode entender tais problemas e necessidade de uma comunidade ou sociedade a partir da troca de experiências ou relatos destas. Neste caso o ensino da EJA precisa ser repensado, pois de fato ela não tem sido valorizada e não apresenta condição de formar pessoas capazes de uma visão crítica a cerca da realidade e das mudanças que o mundo proporciona.



Considerações Finais

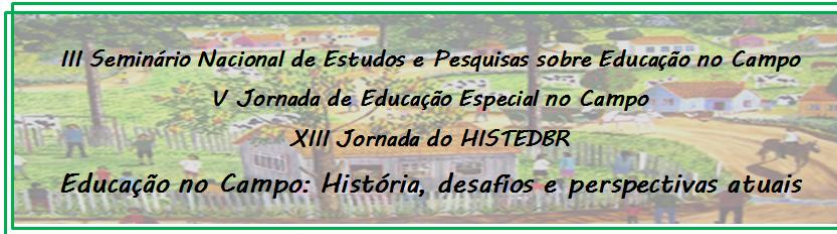
No decorrer desta pesquisa pode se observar que a educação do campo há ainda muito que percorrer para então responder com as reais necessidades que o campo apresenta em suas diversas áreas. Como exemplo, temos a escola pesquisada que não esta adequada em se tratando de PPP, currículo, conteúdos, calendário escolar agrícola, professores com formação em Educação do Campo entre outros fatores indispensáveis no ensino dos sujeitos do campo. Neste sentido, por meio, das análises dos dados observa se que a relação educação-urbana é mais presente que educação do campo na escola Irmã Serafina.

É notável também que a escola não disponibiliza recursos nem incentivos que ajudem o aluno a se interessar pelo ensino escolar o que compromete a aprendizagem dos educandos e contribui para o desânimo dos professores por não conseguir preparar ou ministrar uma boa aula pela falta de material, sem contar com os problemas estruturais da escola.

Existe a necessidade de uma educação que promova o desenvolvimento dos saberes de forma a permitir que os alunos do campo se sintam capazes de aprender muito mais que ler e escrever. A partir desse entendimento os professores e alunos têm condições de pensar uma educação que traga como referências as suas especificidades para incluir na sociedade como pessoas transformadoras da realidade.

Pode se perceber durante a pesquisa que nos escolas rurais do município, em especial a escola pesquisada, a necessidade de uma educação que estimule o educando e educador, a ter a visão de que no campo é possível ter as mesmas oportunidades que as pessoas da cidade possuem, de mais políticas públicas que valorize o trabalho do educador e promova o desenvolvimento do aluno.

Partindo do pressuposto que a educação é à base da transformação da sociedade, a Educação do Campo deve se mostrar como ferramenta para a mudança tendo seu pilar inicial nas práticas pedagógicas, nos currículos e nos conteúdos que retrate a visão de campo como lugar de transformação social. Somente a partir desses procedimentos básicos as Secretarias Municipais de Educação, coordenador pedagógico, professores e alunos construirão uma consciência melhor a respeito da importância da vida no campo.



Referências

ALENCASTRO, Veiga Ilma Passos. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva.**

ASSEFEA- **Associação Solidária, Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia.**

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.** 2. Brito, Rafaela Ribeiro de II. Série.

_____ Resolução de N° 4, de 13 de junho de 2010. In. **Disciplina Legislação e Diretrizes Educacionais.** Apostila PROCAMPO.

_____ Resolução de N° 2 de 28 de abril de 2008. In. **Disciplina Legislação e Diretrizes Educacionais.** Apostila PROCAMPO.

_____ Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Projeto Base. — Brasília: SECAD/MEC, 2008. 48 p.:II 1. Programa Escola Ativa. 2. Educação do campo. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. II. Título. ISBN: 978-85-60731-71-8.

_____ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo.** — Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 44 p.; tab. Educação rural. 2. Infra-estrutura escolar. I. Título

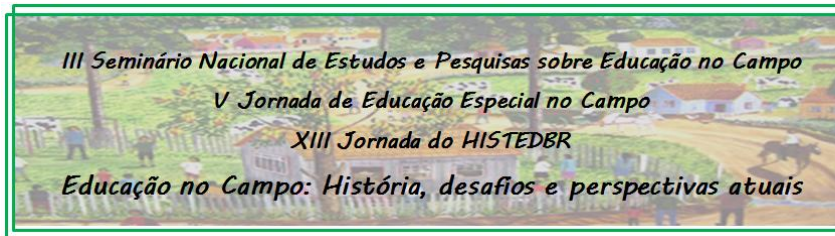
_____ CHAVES, Lorena Gonçalves. Políticas de Alimentação Escolar / Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito — Brasília: **Centro de Educação a Distância – CEAD,** Universidade de Brasília, 2006. 88p. - (Profucionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação). 1. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2. Brito, Rafaela Ribeiro de II. Série.

_____ MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** / [Antonio Flavio Barbosa Moreira, vera Maria Candau]; organização do documento Janete Beauchamp, Sandra Denise Pangel, Aricelia Ribeiro do nascimento. — Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, 2008.

_____ LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 5ª Edição.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras, v., 3, n. 1, PP. 60-81 , Jan./jun 2003. **Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (TERRA)** Brasil.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo**, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª edição. Ed. Paz e Terra.

_____. **Pedagogia da autônoma**: saberes necessário a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. - (Coleção Leitura)

Gallert, Claudia. Pedagogia do MST e Transformação Social. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. De 13 a 15 de outubro de 2005 UNIOESTE, campus de Cascavel. Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/educacao/medu30.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/educacao/medu30.pdf). f. acessado em 5.12.2012.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Por uma escola do campo de qualidade social**: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. 2011.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 9. Ed. Petrópolis: Cortez, 2002.

RIBEIRO, Eberson Marcus da Silva. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, pp. 1-22 OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS E O DIREITO AGRÁRIO PARAENSE: O Caso das Impunidades e das Reintegrações de Pose no Estado do Pará – Terra do Meio, Anapu e Castelo dos Sonhos.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica**: construção da ocupação e do fazer política / Maria Ivonete Coutinho da Silva ; orientadora, Diana Antonaz. - Belém, 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. Ver. E atualização; S. Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Histórico da Educação do Campo no Brasil**. Eixo temático: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais. Disponível em: <<http://educampo.ufscar.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>> acessado em 20.11.12.